


Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2012

fevereiro de 2013
Este relatório contém 40 páginas

*Capital Social 1.200.000 Euros - Matrícula 04 529 CRCL - NIPC 503 455 229 -
Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO*



CONTEÚDO	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração de fluxos de caixa 5
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 6
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 13
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Vendas e serviços prestados 14
Nota 2	Fornecimento e serviços externos 14
Nota 3	Gastos com o pessoal 14
Nota 4	Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas 15
Nota 5	Juros e gastos similares obtidos 16
Nota 6	Juros e gastos similares suportados 16
II.4	Notas ao balanço
Nota 7	Ativos tangíveis 17
Nota 8	Ativos intangíveis 17
Nota 9	Outros ativos financeiros 18
Nota 10	Impostos correntes e diferidos 19
Nota 11	Clientes 20
Nota 12	Outras contas a receber 21
Nota 13	Caixa e depósitos bancários 21
Nota 14	Capital, reservas e resultados transitados 21
Nota 15	Provisões 21
Nota 16	Responsabilidades por benefícios pós-emprego 21
Nota 17	Outras contas a pagar 26
II.5	Outras notas
Nota 18	Transações com partes relacionadas 26
Nota 19	Justo valor 27
Nota 20	Passivos contingentes e compromissos 27
Nota 21	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout 28
Nota 22	Gestão de riscos 29
Nota 23	Ativos sob gestão 35
Nota 24	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 36
III	Inventário de títulos
IV	Relatório dos auditores

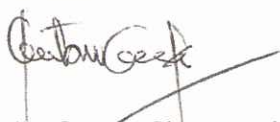


I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	1	8.253.770	11.141.657
Fornecimentos e serviços externos	2	(2.638.306)	(3.865.771)
Gastos com o pessoal	3	(1.013.777)	(1.185.092)
Outros rendimentos e ganhos	4	74.572	265.321
Outros gastos e perdas	4	(312.842)	(666.354)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.363.417	5.689.761
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(1.566)	(5.154)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.361.851	5.684.607
Juros e gastos similares obtidos	5	514.526	687.893
Juros e gastos similares suportados	6	(92.489)	(92.359)
Resultado antes de impostos		4.783.888	6.280.141
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(1.385.578)	(1.763.644)
Resultado líquido do exercício		3.398.310	4.516.497

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Demonstração do rendimento integral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



	2012	2011
Resultado líquido do exercício	3.398.310	4.516.497
Alterações de justo valor, líquidas de imposto		
Ajustamentos em ativos financeiros, bruto	1.565.094	(824.800)
Outras variações no capital próprio (impostos diferidos)	(453.877)	239.191
	1.111.217	(585.609)
Total do rendimento integral	4.509.527	3.930.888

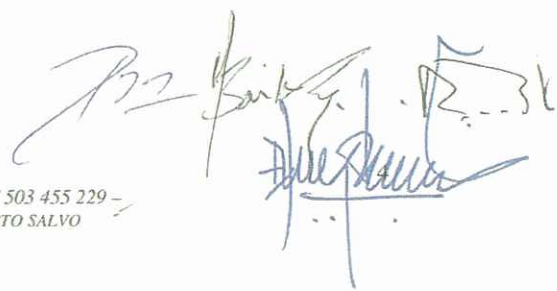
Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2012	2011
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	1.262	1.784
Ativos intangíveis	8	-	1.044
Outros Ativos financeiros	9	15.102.308	14.818.833
Ativos com benefícios a empregados	16	121.743	67.822
Ativos por impostos diferidos	10	15.492	463.131
		15.240.805	15.352.614
Ativo corrente			
Clientes	11	1.850.688	2.734.092
Adiantamentos a fornecedores		870	222
Estado e outros entes públicos	10	24.875.052	24.728.015
Acionistas/sócios	18	189	4.182
Outras contas a receber	12	340.889	226.036
Caixa e depósitos bancários	13	7.455.601	2.413.497
		34.523.289	30.106.044
Total do Ativo		49.764.094	45.458.658
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		1.200.000	1.200.000
Reservas legais		292.346	292.346
Outras reservas		3.329.330	3.329.330
Resultados transitados		14.929.885	10.413.388
Ajustamentos em Ativos financeiros		130.503	(1.434.591)
Outras variações no capital próprio		(37.846)	416.031
Resultado líquido do exercício		3.398.310	4.516.497
Total do capital próprio	14	23.242.528	18.733.001
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	150.000	150.000
Passivos com benefícios a empregados	16	24.705	19.629
		174.705	169.629
Passivo corrente			
Fornecedores		147.868	258.255
Estado e outros entes públicos	10	1.100.713	1.129.429
Acionistas/sócios	18	65.879	43.056
Outras contas a pagar	17	25.032.401	25.125.288
		26.346.861	26.556.028
Total do passivo		26.521.566	26.725.657
Total do Capital Próprio e Passivo		49.764.094	45.458.658

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur							
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	1.200.000	292.346	3.329.330	(609.791)	176.840	12.566.201	4.847.187	21.802.113
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.847.187	(4.847.187)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(7.000.000)	-	(7.000.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	(824.800)	239.191	-	-	(585.609)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.516.497	4.516.497
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.200.000	292.346	3.329.330	(1.434.591)	416.031	10.413.388	4.516.497	18.733.001
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	4.516.497	(4.516.497)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	1.565.094	(453.877)	-	-	1.111.217
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.398.310	3.398.310
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.200.000	292.346	3.329.330	130.503	(37.846)	14.929.885	3.398.310	23.242.528

Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	3.398.310	4.516.497
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos	271.886	(648.674)
Amortizações do exercício	1.566	5.154
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	2.122.521	474.541
Outros ativos e passivos	(73.550)	(190.936)
Credores diversos	(1.506.371)	319.407
	4.214.362	4.475.989
Fluxos de caixa de atividades de investimento	827.742	1.492.338
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	-	(7.000.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	5.042.104	(1.031.673)
Caixa e equivalentes no início do período	2.413.497	3.445.170
Caixa e equivalentes no final do período	7.455.601	2.413.497

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Pensõesgere”), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, anteriormente designada Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., foi constituída em Lisboa, no ano de 1995. Em 1 de Dezembro de 1999, procedeu-se à fusão das sociedades Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante a transferência global do património da Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e da Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com inerente dissolução destas, para a sociedade Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de acordo com o disposto no artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A sociedade incorporante, em resultado da fusão, adotou a forma societária de Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, sendo modificados o seu objeto social, capital e designação social.

Posteriormente, em 30 de dezembro de 2000, procedeu-se à fusão da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Mello Ativos Financeiros – Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante transferência global do património da sociedade Mello Ativos Financeiros para a Pensõesgere, com consequente extinção da sociedade incorporada, nos termos do disposto no artigo 97º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A atividade da Sociedade é regulada pelo Decreto – Lei nº 475/99 de 9 de Novembro e outra legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

A Sociedade tem por objetivo principal a gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, Artº 4º, a Pensõesgere adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Pensõesgere agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2013.

Em 2012 a Pensõesgere adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As áreas que envolvem maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das Demonstrações Financeiras, encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Ativos financeiros*

Classificação

A Pensõesgere classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Pensõesgere tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Pensõesgere se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Pensõesgere ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Pensõesgere tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Pensõesgere estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Pensõesgere não adotou esta possibilidade.

Imparidade

A Pensõesgere avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Pensõesgere, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a terceiras entidades e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativo e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

f) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

g) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Sociedade enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

h) *Locações*

A Pensõesgere classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Pensõesgere à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

i) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Pensõesgere tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

l) Reconhecimento de prestação de serviços e comissões

Os rendimentos de prestação de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

m) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez. Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago um prémio de assinatura de contrato pela Sociedade aos seus colaboradores.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

Em 1 de outubro de 2012, de acordo com uma decisão do Conselho de Administração, foi efetuado o corte do Plano Complementar, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Sociedade.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma (plano de benefício definido) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Sociedade, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Companhias de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas atuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas ou pré-reformas, assim como os correspondentes ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Sociedade para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Sociedade avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Sociedade são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Sociedade assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Sociedade até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Sociedade com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2012, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

n) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Pensõesgere procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

o) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Pensõesgere são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Pensõesgere é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Pensõesgere poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Sociedade, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para títulos de capital e eventos os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A Pensõesgere encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Pensõesgere, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Pensõesgere, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Vendas e serviços prestados

As Prestações de serviços, no montante de Euros 8.253.770 (2011: Euros 11.141.657), foram integralmente realizadas em Portugal.

Nota 2 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	Eur	
	2012	2011
Trabalhos especializados	740.962	865.250
Publicidade e propaganda	6.436	5.333
Comissões	1.825.735	2.928.340
Conservação e reparação	5.864	7.892
Deslocações e estadas	13.721	11.041
Outros	45.588	47.915
Total	2.638.306	3.865.771

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos da Sociedade e dos Fundos de Pensões sob a sua gestão, efetuada pela F&C.

Nota 3 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são analisados como segue:

	Eur	
	2012	2011
Remunerações Órgãos sociais	1.000	1.000
Remunerações ao Pessoal:		
Remuneração mensal	581.933	592.679
Subsídios e bónus	174.112	248.035
Benefícios pós-emprego	31.979	96.728
Encargos sobre remunerações	172.003	177.686
Seguros obrigatórios	4.496	4.615
Outros custos com o pessoal	48.254	64.349
Total	1.013.777	1.185.092

Em 2012 e 2011 as Remunerações aos Órgãos Sociais respeitam na totalidade a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 4 – Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os Outros rendimentos e ganhos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Valias realizadas em outros ativos financeiros	35.188	35.730
Correções relativas a exercícios anteriores	-	180.760
Outros rendimentos e ganhos	39.384	48.831
Total	74.572	265.321

Em 31 de dezembro de 2011, o proveito de Euros 180.760 registado como correções relativas a exercícios anteriores respeita à anulação de uma provisão que havia sido constituída para pagamento de uma coima imposta pelo Instituto de Seguros de Portugal. Em 2011 esta coima foi retirada.

Os Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Impostos indiretos	155.586	164.488
Taxas	160.455	136.380
Valias realizadas em outros ativos financeiros	1.865	70.772
Imparidade ativos financeiros	-	257.185
Outros	(5.064)	37.529
	312.842	666.354

Em 2011, a imparidade relativa a ativos financeiros respeitava à dívida pública grega, que foi vendida na totalidade até 31 de dezembro de 2011 (ver nota 21).

6

[Handwritten signatures and initials]

Nota 5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Juros obtidos de depósitos	111.616	72.714
Dividendos obtidos	-	3.453
Juros obtidos de outros ativos financeiros	402.910	611.726
	514.526	687.893

Nota 6 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2012	2011
Juros suportados	76.157	72.601
Outros	16.332	19.758
	92.489	92.359

GP

7

II.4 Notas ao balanço

Nota 7 – Ativos tangíveis

Os Ativos tangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Equipamento Administrativo	15.585	28.881
Amortizações acumuladas	(14.323)	(27.097)
Ativos tangíveis líquidos	1.262	1.784

Em 2012, as movimentações ocorridas nos ativos tangíveis respeitam a: (i) ativo bruto, abates de equipamento informático no montante de Euros 13.296, e (ii) amortizações acumuladas, registo das amortizações do exercício no montante de Euros 522 (2011: Euros 305) e, adicionalmente, o efeito dos abates de equipamento, no montante de Euros 13.296.

Nota 8 – Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Outros ativos intangíveis - software	72.582	72.582
Amortizações acumuladas	(72.582)	(71.538)
Ativos intangíveis líquidos	-	1.044

Em 2012, as movimentações ocorridas nos ativos intangíveis resultam na totalidade do registo das amortizações do exercício, no montante de Euros 1.044 (2011: Euros 4.849).

Nota 9 – Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2012	2011
Dívida pública	4.165.146	8.044.799
Obrigações de outros emissores	10.214.714	6.066.843
Ações e unidades de participação em fundos	494.833	498.336
Juros a receber	227.615	208.855
Total	15.102.308	14.818.833
Dos quais:		
Nível 1	14.518.276	14.739.836
Nível 2	584.032	78.997
Nível 3	-	-
	15.102.308	14.818.833

De acordo com o IFRS7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 10 – Impostos correntes e diferidos

Em 2012, e enquanto decorrer a intervenção da Troika em Portugal, esperada até ao final de 2013, a carga fiscal é determinada com base numa taxa máxima de 31,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto e derramas), como se segue:

Taxa	Lucro tributável	Eur	
26,5%	Até 1.500.000		
29,5%	1.500.000 a 10.000.000		
31,5%	> 10.000.000		

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os saldos ativos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

	Eur	
	2012	2011
Ativos por impostos correntes	24.875.052	24.728.015
Ativos por impostos diferidos	15.492	463.131
Ativos por impostos	24.890.544	25.191.146
Passivos por impostos correntes	1.100.713	1.129.429
Passivos por impostos	1.100.713	1.129.429

Os Ativos por impostos correntes incluem em 2012 e 2011 o montante de Euros 24.728.015 é relativo a IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2003, atendendo às responsabilidades estimadas e de forma a reforçar o património do referido Fundo, foi celebrado um contrato de dação de imóveis entre a proprietária dos ativos, a Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E. (anteriormente designada por Servibanca – Prestação de Serviços, A.C.E.) e a Pensõesgere, enquanto entidade gestora e representante do Fundo BCP. Ainda que as transações de imóveis, por norma, não sejam sujeitas ao pagamento de IVA, pelo facto de na data ter sido solicitada a dispensa de cumprimento dessa isenção, o imposto foi liquidado ao Estado. Resultou desta situação que o Estado assumiu uma posição devedora face à Pensõesgere, pelo montante do IVA a reembolsar, e o Fundo BCP uma posição credora face à Pensõesgere, a regularizar aquando do recebimento desse reembolso. Este facto justifica a existência do saldo credor e devedor de igual montante (Euros 24.728.015) no Balanço da Sociedade.

De referir que a antiguidade destes saldos devedor e credor resultam de divergências no que respeita ao direito de reembolso do IVA pela Pensõesgere, atendendo a que a Direção Geral de Impostos alega que o pedido de isenção do imposto apenas deveria ter sido solicitado após a realização da escritura. Neste contexto a Pensõesgere efetuou em 29 de Dezembro de 2004 um recurso hierárquico dirigido ao Ministro das Finanças, sobre o qual, até à data de 31 de Dezembro de 2012, ainda não foi divulgada a respetiva conclusão.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros	-	416.031	37.846	-	(37.846)	416.031
Benefícios pós-emprego	45.275	41.407	-	-	45.275	41.407
Outros	8.063	5.693	-	-	8.063	5.693
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	53.338	463.131	37.846	-	15.492	463.131

O movimento do imposto diferido de balanço em 2012 e 2011, foi reconhecido como se segue:

	2012		2011	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Ativos financeiros	-	(453.877)	-	239.192
Benefícios pós-emprego	3.868	-	1.366	-
Outros	2.370	-	5.693	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	6.238	(453.877)	7.058	239.192

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	Eur	
	2012	2011
Impostos correntes	1.391.816	1.770.702
Impostos diferidos	(6.238)	(7.058)
	1.385.578	1.763.644

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2012	2011
Resultado antes de impostos	4.783.888	6.280.141
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.387.327	1.821.241
Tributação autónoma	2.528	2.342
Outras diferenças permanentes	(4.277)	(59.938)
	1.385.578	1.763.644

Nota 11 – Clientes

Os saldos a receber registados na rubrica de Clientes, no montante de Euros 1.850.688 (2011: Euros 2.734.092) resultam diretamente da atividade desenvolvida pela Sociedade, relativamente aos quais está registada imparidade no montante de Euros 6.526 (2011: Euros 31.872).

Nota 12 – Outras contas a receber

Os saldos a receber registados na rubrica de Outras contas a receber, no montante de Euros 340.889 (2011: Euros 226.036) resultam essencialmente de comissões pela gestão dos Fundos de Pensões reconhecidas no exercício, mas cujo recebimento apenas irá ocorrer em 2013.

Nota 13 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 14 – Capital, reservas e resultados transitados

Capital

O capital da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., de Euros 1.200.000, representado por 240.000 ações de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social.

Nota 15 – Provisões

Em 2012 e 2011, as provisões do exercício no montante de Euros 150.000, respeitam a custos incorridos com o processo de pedido de reembolso de IVA associado às comissões a pagar à F&C.

Nota 16 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Pensões de reforma e outros benefícios

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora ("Plano CCT" ou "CCT"). Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago pela Sociedade aos seus colaboradores um prémio de assinatura de contrato.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

De acordo com uma decisão do Conselho de Administração datada de 23 de novembro de 2006, os colaboradores admitidos até 22 de setembro de 2006 mantiveram os benefícios estabelecidos no Plano Complementar – benefício definido.

Em 1 de outubro de 2012, foi decidido o corte daquele Plano Complementar pelo Conselho de Administração. Os colaboradores mantêm contudo os direitos adquiridos até 2011. Tendo em conta que as responsabilidades são as mesmas antes e depois do corte, não existindo adicionalmente a liquidação dessas responsabilidades, esta decisão não gerou impacto em resultados.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas pela adesão coletiva nº 72 ao Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Sociedade a procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Sociedade é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2012	2011
Numero de participantes		
Ativos	20	20
Reformados e pensionistas	1	1
	21	21

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2012	2011
Taxa de desconto	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 -2 anos	TV 88/90 -2 anos
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012				2011				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(882.099)	(168.725)	(24.705)	(1.075.529)	(878.797)	(133.271)	(19.629)	(1.031.697)	
Justo valor dos ativos do fundo	994.235	-	-	994.235	941.066	-	-	941.066	
Valor líquido	112.136	(168.725)	(24.705)	(81.294)	62.269	(133.271)	(19.629)	(90.631)	
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	162.278	16.054	-	178.332	146.611	(7.787)	-	138.824	
Ativos/(responsabilidades) líquidos de Balanço	274.414	(152.671)	(24.705)	97.038	208.880	(141.058)	(19.629)	48.193	

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue:

	2012				2011				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	878.797	133.271	19.629	1.031.697	681.658	133.854	-	815.512	
Custo do serviço corrente	1.585	6.387	1.401	9.373	17.279	6.248	-	23.527	
Custo dos juros	45.872	6.950	1.031	53.853	35.540	6.961	-	42.501	
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	19.629	19.629	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou pela Sociedade	(8.554)	(1.724)	-	(10.278)	(10.100)	(1.724)	-	(11.824)	
(Ganhos)/ perdas atuariais	32.138	23.841	2.644	58.623	73.179	(3.568)	-	69.611	
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	-	72.741	-	-	72.741	
Programas de reformas antecipadas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências entre fundos	(67.739)	-	-	(67.739)	8.500	(8.500)	-	-	
Responsabilidades em 31 de dezembro	882.099	168.725	24.705	1.075.529	878.797	133.271	19.629	1.031.697	

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	2012				2011				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	1.585	6.387	1.401	9.373	17.279	6.248	-	23.527	
Custo dos juros	45.872	6.950	1.031	53.853	35.540	6.961	-	42.501	
Rendimento esperado do fundo	(41.710)	-	-	(41.710)	(42.041)	-	-	(42.041)	
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	19.629	19.629	
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	2.625	-	-	2.625	-	-	-	-	
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	-	72.741	-	-	72.741	
Programas de reformas antecipadas	-	-	2.644	2.644	-	-	-	-	
Transferências entre fundos	-	-	-	-	8.500	(8.500)	-	-	
Custo do exercício	8.372	13.337	5.076	26.785	92.019	4.709	19.629	116.357	

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	941.066	868.950
Contribuições da Companhia	73.906	124.809
Pagamentos efetuados pelo fundo	(8.554)	(10.100)
Retorno esperado do fundo	41.710	42.041
Ganhos/(perdas) atuariais do fundo	13.846	(84.634)
Transferências entre fundos	(67.739)	0
Saldo em 31 de dezembro	994.235	941.066

Os ganhos e perdas atuariais em 2012 e 2011, são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>			<i>Eur</i>		
	2012			2011		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas atuariais no início do exercício	146.611	(7.787)	138.824	(11.202)	(4.219)	(15.421)
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	32.138	23.841	55.979	145.920	(3.568)	142.352
(Ganhos)/perdas atuariais do fundo	(13.846)	-	(13.846)	84.634	-	84.634
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	(2.625)	-	(2.625)	-	-	-
Efeito da liquidação do Plano do CCT	-	-	-	(72.741)	-	(72.741)
(Ganhos)/ perdas atuariais no final do exercício	162.278	16.054	178.332	146.611	(7.787)	138.824

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os ganhos / (perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (162.000) e Euros (43.000) respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Sociedade ascenderam a Euros 74.000 (2011: Euros 125.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2012, a Sociedade contribuiu com o montante de Euros 10.000 para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos/(responsabilidades) em 1 janeiro em Balanço	208.880	(141.058)	(19.629)	48.193	176.090	(138.073)	-	38.017
Custo normal	(8.372)	(13.337)	(5.076)	(26.785)	(92.019)	(4.709)	(19.629)	(116.357)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	73.906	1.724	-	75.630	124.809	1.724	-	126.533
Ativos/(responsabilidades) em 31 dezembro em Balanço	<u>274.414</u>	<u>(152.671)</u>	<u>(24.705)</u>	<u>97.038</u>	<u>208.880</u>	<u>(141.058)</u>	<u>(19.629)</u>	<u>48.193</u>

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos ativos do fundo são analisadas como segue:

	Eur	
	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	(1.075.529)	(1.031.697)
Justo valor dos ativos do fundo	<u>994.235</u>	<u>941.066</u>
Valor líquido	(81.294)	(90.631)
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>178.332</u>	<u>138.824</u>
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	<u>97.038</u>	<u>48.193</u>

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2012	2011
Títulos rendimento variável	240.514	-
Títulos rendimento fixo	628.823	568.318
Imóveis	17.026	-
Outros	<u>107.872</u>	<u>372.748</u>
	<u>994.235</u>	<u>941.066</u>

Adicionalmente, no contexto das alterações aos planos de reforma concedidos pela Sociedade aos seus empregados, aprovadas pelo Conselho de Administração, simultaneamente ao corte do Plano Complementar na forma de benefício definido, o Plano Complementar na forma de contribuição definida foi igualmente revisto. As alterações foram implementadas no sentido de tornar este plano mais flexível e ajustado às necessidades de cada trabalhador. O atual plano de contribuição definida, sob o *slogan* "O seu futuro, ao seu ritmo", aspira alcançar melhores condições de reforma, funcionando como complemento à Segurança Social, assim como pretende estimular a poupança dos trabalhadores, concedendo o benefício de uma contribuição direta adicional por parte da Sociedade.

A 31 de Dezembro de 2012, em resultado deste novo plano de contribuição definida, a Sociedade reconheceu um custo no montante de Euros 10.000.

Nota 17 – Outras contas a pagar

Os saldos a pagar registados na rubrica de Outras contas a pagar incluem maioritariamente o montante de Euros 24.728.015 (2011: Euros 24.728.015) relativo ao IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme referido nota 10.

II.5 Outras notas

Nota 18 - Transações com partes relacionadas

A análise das transações com partes relacionadas em 2012 e 2011, é analisada como segue:

Balço	Eur			
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.907.224	-	-	1.907.224
Empréstimos concedidos e contas receber	5.500.104	-	-	5.500.104
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.752	-	-	107.752
Outros ativos	-	1.350.626	121.744	1.472.370
Total do ativo	7.515.080	1.350.626	121.744	8.987.450
Outros passivos	53.556	-	-	53.556
Total do passivo	53.556	-	-	53.556
Líquido Ativo / (Passivo) 2012	7.461.524	1.350.626	121.744	8.933.894
Líquido Ativo / (Passivo) 2011	2.413.286	2.317.715	67.822	4.798.823

Demonstração de resultados	Eur			
	Grupo BCP	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Dividendos e juros a receber	120.883	0	-	120.883
Comissões de gestão financeira e administrativa	0	5.242.993	-	5.242.993
Total de proveitos	120.883	5.242.993	-	5.363.876
Comissão de comercialização de fundos de pensões	(47.044)	-	-	(47.044)
Gastos gerais e administrativos	(547.716)	-	(21.709)	(569.425)
Total de custos	(594.760)	-	(21.709)	(616.469)
Líquido Proveitos / (Custos) 2012	(473.877)	5.242.993	(21.709)	4.747.407
Líquido Proveitos / (Custos) 2011	(569.730)	8.226.943	(96.728)	7.560.485

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 19 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Pensõesgere são os seguintes:

Caixa e Depósitos bancários

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

No caso das ações não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 20 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal que possam resultar em responsabilidades a pagar.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 21 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

From direct investment exposure

País	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Level 1	2.780.674	2.780.674	(50.758)	3,7%	3,3	L1
Total	2.780.674	2.780.674	(50.758)	3,7%	3,3	-

País	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Level 1	5.294.512	5.294.512	(746.523)	2,7%	1,9	L1
Level 2	138.761	138.761	(46.875)	3,3%	3,0	L2
Total	5.433.273	5.433.273	(793.398)	2,7%	1,9	-

À data de 31 de dezembro de 2011, a posição detida em dívida pública Grega foi vendida na totalidade. A imparidade registada no exercício de 2011 em relação a esses títulos ascendeu a Euros 257.000 (ver nota 4).

9

Handwritten signature and mark.

Nota 22 – Gestão de riscos

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. dedica-se à gestão, administração e representação de Fundos de Pensões e assumir riscos é intrínseco na forma como a empresa cria valor para os seus beneficiários. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está centralizada no Responsável pelo Risco (CRO) que acumula com as funções de Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e resposta, dentro da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está implementada uma taxonomia de risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Organização.

Para a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. os Riscos Estratégicos, Financeiros e Operacionais são os que estão inteiramente ligados a esta Organização.



Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou na forma como as pessoas (clientes ou colaboradores) se comportam.

Na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo KRR (*Key Risk Reporting*), o qual também contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Um dos principais riscos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é o Risco Financeiro, quer a partir do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados “*Riscos de Mercado*”, ou, em eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado “*Risco de Contraparte*”.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. aprova a estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. são da responsabilidade do responsável pelo pelouro financeiro (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais são delegadas no Comité de Riscos, no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco) e no Comité Estratégico de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao CFO;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.

No início do ano, foi implementada a Função de Responsável do Risco para:

- Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
- Emitir parecer sobre a adequação das políticas de risco;
- Integrar os Comités de Risco/Gestão de Ativos (AMC).
- Emitir parecer sobre a estratégia global de investimentos, previamente à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é construída em torno de quatro elementos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:

- Risco de Incumprimento da Contraparte;
- Risco de Mercado.

Risco de Incumprimento da Contraparte

O *Risco de Incumprimento da Contraparte* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivativos e dívidas a receber de intermediários.

Este risco não inclui o risco de perdas resultantes do incumprimento de ativos comprados para fins de investimento – este risco é definido como um risco de investimento em vez de risco de incumprimento da contraparte e é coberto dentro do risco de spread e do risco de mercado.

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de spread e do risco de incumprimento da contraparte, a taxonomia de risco da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Em 2013, o objetivo da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é monitorizar este risco no âmbito do apetite ao risco e do processo de gestão de capital de acordo com as exigências do Solvência II.

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração. Este risco advém de uma grande concentração de exposição a apenas uma contraparte ou uma concentração de exposições para um número de contrapartes correlacionadas (ou seja, uma tendência comum em circunstâncias semelhantes) com potencial para produzir uma perda de capital significativa devido a uma falência ou falta de pagamento.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. como risco de mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Eur).

A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento por tipo de ativo:

Carteira de Investimento (EUR)	2012		2011	
		%		%
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.102.308	100,0%	14.818.833	100,0%
Dívida pública	5.771.419	38,2%	8.790.675	59,3%
Obrigações	8.836.055	58,5%	5.529.821	37,3%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	494.834	3,3%	498.337	3,4%
Total	15.102.308		14.818.833	

As obrigações detidas pelo Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. podem ser decompostas por tipo de setor:

Obrigações por tipo de indústria	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	5.771.419	39,5%	8.790.675	61,4%
Instituições financeiras	7.113.729	48,7%	4.755.760	33,2%
Indústria	347.047	2,4%	296.795	2,1%
Setores básicos e energéticos	635.598	4,4%	219.468	1,5%
Consumíveis cíclicos	408.612	2,8%	-	0,0%
Comunicações	331.069	2,3%	257.798	1,8%
	14.607.474	100,0%	14.320.496	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DERATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
AAA	2.180.721	14,9%	2.438.288	17,0%
AA	2.121.104	14,5%	1.858.923	13,0%
A	1.036.287	7,1%	651.188	4,5%
BBB	4.231.135	29,0%	4.819.267	33,7%
BB	4.541.039	31,1%	4.057.463	28,3%
B	497.188	3,4%	495.367	3,5%
Total	14.607.474	100,0%	14.320.496	100,0%
Dívida pública - AFDV	5.771.419	39,5%	8.790.675	61,4%
Obrigações - AFDV	8.836.055	60,5%	5.529.821	38,6%
Total	14.607.474	100,0%	14.320.496	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	7.455.601	89,85%	2.413.497	44,88%
Outros devedores	842.009	10,15%	2.964.532	55,12%
Total	8.297.610	100,00%	5.378.029	100,00%

As unidades de participação em fundos de investimento, S.A. podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	494.834	494.834	100,0%
Total em dezembro 2012	494.834	494.834	100,0%
Imobiliário	498.337	498.337	100,0%
Total em dezembro 2011	498.337	498.337	100,0%

Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. - Risco Operacional

Modelo de Governo do Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo o departamento de Gestão de risco e atuariado é apoiado por um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversalmente a toda a organização.

O risco operacional na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada um dessas linhas. Adicionalmente, o comité de risco operacional e controlo interno foi criado para gerir o risco operacional na Organização. Além disso, a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. adotou uma abordagem Top-Down e Bottom-Up. Estas duas abordagens são sinérgicas e, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no Key Risk Report e discutidos no comité de risco mantendo a atenção e focalizando nos processos da Organização através da gestão de processos de negócio, contribuindo para melhorar globalmente a gestão de risco.

Gestão dos Riscos Operacionais

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) da Organização.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Key Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, com enfoque no risco operacional. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Organização;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspectiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Organização;
 - Identifica e avalia os principais riscos associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos, e;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. Como próximos passos, estes princípios serão implementados para processos mais detalhados que precisam de ser seguidos em cada uma das linhas de negócio.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e a Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. - Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2012.

A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a margem de solvência do Organização é analisada como se segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Rúbrica		
Capital	1.200.000	1.200.000
Reservas Legal e de Reavaliação	3.714.333	2.603.116
Resultados Transitados	14.929.886	10.431.388
Resultado Líquido do Exercício	3.398.310	4.516.497
Distribuição de Resultados do Exercício	(15.500.000)	-
Total Situação Líquida (1)	7.742.529	18.751.001
Activos Intangíveis	-	(1.044)
Ajuste Pensões Reforma	(178.332)	(138.824)
Total (2)	(178.332)	(139.868)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	7.564.197	18.611.133
Margem de Solvência Exigida	4.864.701	4.539.547
Excesso / Insuficiência	2.699.496	14.071.586
Rácio Solvência	155%	410%

Nota 23 – Ativos sob gestão

Os ativos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Títulos de rendimento fixo	1.913.895.754	2.835.331.930
Títulos de rendimento variável	1.763.754.649	504.362.867
Propriedades de investimento	512.050.715	524.852.043
Total	4.189.701.118	3.864.546.840

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

	<i>Eur</i>	
	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	3.864.546.840	6.717.621.363
Contribuições líquidas	195.839.758	(55.127.982)
Mais/ (menos) valias realizadas	168.201.719	(51.395.742)
Transferências	(38.887.199)	(2.746.550.799)
Saldo em 31 de dezembro	4.189.701.118	3.864.546.840

Em 2011, o montante de Euros 2.746.550.799 é referente à transferência do Fundo de Pensões do BCP para a Segurança Social, de acordo com os termos do Decreto-lei 127/2011.

Nota 24 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Sociedade não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Sociedade não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados, das que nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afectam apenas a apresentação e não têm qualquer impacto na posição financeira ou performance da Sociedade.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui alterações fundamentais, como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano, como simples clarificações e reajustamentos de texto. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de benefícios pós-emprego serão diretamente reconhecidas no Capital, em outro rendimento integral (OCI). A norma alterada terá impacto no gasto líquido com os benefícios, já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

A Sociedade não espera qualquer impacto decorrente da aplicação da nova IAS 19.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Sociedade espera que a adoção das alterações à IFRS 7 passe a exigir maior extensão nas divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Sociedade não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações à IAS 32, tendo em conta a política contabilística já adotada.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação segundo o IFRS 10, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

No entanto, a Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e os contabilize em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Sociedade ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. No entanto, a Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

11

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Sociedade está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12, em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Sociedade está presentemente a rever as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá algum impacto nas suas demonstrações financeiras.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Sociedade proporcione divulgações adicionais. Estas incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre mensurações de justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Sociedade:

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar estas alterações na mesma data de aplicação plena da IFRS 10.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que as políticas contabilísticas adotadas encontram-se em linha com as orientações emitidas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 de forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Sociedade, não é contudo expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012

Empresa de Seguros: PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Nº de identificação: 1024

Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
	DESIGNAÇÃO							Unitário	Total
PTIARHM0000	2.1.1.2	Sub-Total	53651			9,2407	495.772,80	9,2232	494.833,01
	2.1.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.1.1.3	AF Portfólio Imobiliário - FI							
	2.1.1.4	Outros							
	2.1.1.4	Sub-Total							
2.1.1	Sub-Total								
2.1.2	Títulos de dívida	53651				495.772,80			494.833,01
2.1.2.1	Títulos de dívida pública								
2.1.2.1	PGB 3,35% 15/10/15								
2.1.2.1	PGB 4,375% 16/06/14								
2.1.2.1	PGB 4,45% 15/06/16								
2.1.2.1	PGB 4,75% 14/06/19								
2.1.2.1	PGB 4,8% 15/05/20								
2.1.2.1	PGB 5,45% 23/09/13								
2.1.2.1	Portugal T-Bill Cpt 22/02/13								
2.1.2.1	Sub-Total								
2.1.2.2	De outros emissores públicos								
2.1.2.2	Parapública 3,5% 08/07/13								
2.1.2.2	Sub-Total								
2.1.2.3	De outros emissores								
2.1.2.3	BRISA 4,797 26/09/13								
2.1.2.3	Banco BPI 3,25% 15/01/15								
2.1.2.3	Banco Espírito Santo 5,625% 05/06/14								
2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3,625% 21/07/14								
2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3,875% 06/12/16								
2.1.2.3	Caixa Geral Depo 5,625% 04/12/15								
2.1.2.3	Caixa Geral Depósitos 5,125% 19/02/14								
2.1.2.3	Meiro de Lisboa 5,75% 04/02/19								
2.1.2.3	Montepio Geral Float 29/05/13								
2.1.2.3	REN Redes Energéticas 7,875% 10/12/13								
2.1.2.3	Sub-Total								
2.1.2	Sub-Total								
2.2	Títulos Estrangeiros								
2.2	Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1	Ações								
2.2.1.1	Sub-Total								
2.2.1.1	Títulos de participação								
2.2.1.2	Sub-Total								
2.2.1.2	Unidades de participação em fundos de investimento								
2.2.1.3	Sub-Total								
2.2.1.3	Outros								
2.2.1.4	Sub-Total								
2.2.1	Sub-Total								
2.2.2	Títulos de dívida								
2.2.2.1	De dívida pública								
2.2.2.1	BTAN 3,75% 12/01/13								
2.2.2.1	BTPS 4,25% 01/09/14								
2.2.2.1	Bundesschatzanz BKO 0,75% 13/09/13								
2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/13								
2.2.2.1	NETHER 4,25% 15/07/13								
2.2.2.1	UBL 4 11/10/13								
2.2.2.1	RAGE 3,8% 20/10/13								
2.2.2.1	Republic of Austria 3,5% 15/07/2015								
2.2.2.1	Spanish Govt 3,30% 31/10/14								
2.2.2.1	Sub-Total								
2.2.2.2	De outros emissores públicos								
2.2.2.2	European Invest Bk Float 15/01/16								
2.2.2.2	European Invest Bk Float 27/07/17								
2.2.2.2	Sub-Total								
2.2.2.3	De outros emissores								

PTIARHM0000	53651	495.772,80	9,2232	494.833,01
PTOTE3OE0017	98,96671	99.390,60	98,96671	98.966,71
PTOTE1OE0019	103,118288	500.000,00	103,118288	515.591,44
PTOTENOE0018	94,826164	477.900,00	94,826164	474.130,62
PTOTENOE0027	93,05274	104.850,00	93,05274	93.052,74
PTOTECOE0029	91,31778167	530.478,00	91,31778167	547.906,69
PTOTEGOE0009	103,00822	166.567,50	103,00822	154.512,33
PTPBTSGE0015	99,83	399.357,04	99,83	399.320,00
		2.278.543,14		2.283.490,73
PTPETQOM0006	96,3	481.500,00	99,437672	497.188,36
		481.500,00		487.188,36
PTBSSAOM0005	102,79722	308.391,65	102,3866767	307.160,03
PTBBSIOE0000	88,25	353.000,00	101,3858025	405.543,21
PTBLMGOM0002	99,553	99.533,00	104,07089	104.070,89
PTCGGFIE0000	94,6053	1.560.987,50	101,1598964	1.669.137,30
PTCGZGON0029	92,45	184.590,00	98,25741	196.514,82
PTCGTLON0007	89,664	498.320,00	103,116096	515.580,48
PTMTLDMOM005	99,707	199.414,00	105,191865	210.383,73
PTCMHXOM0005	99,658	50.000	79,77314	39.886,57
PTRELAOM0000	88,225	176.450,00	93,49702	186.594,04
	99,7892	249.495,60	104,670084	261.675,21
		3.690.320,65		3.896.946,28
		6.440.363,79		6.677.625,37
		6.536.136,59		7.172.458,38
FF0113087466	103,179	1.031.780,00	103,672049	1.036.720,49
IT0003616393	103,696	518.480,00	101,755434	508.777,17
DE0001137354	100,171	18.030,78	100,724	18.130,32
FR0010011130	105,41171	22.136,46	103,5042381	21.819,89
NL0000102659	105,98867	119.449,23	104,1728128	117.402,76
DE0001141539	106,566	19.181,88	103,5606667	18.712,92
AT0000385992	105,34209	175.921,29	103,5995868	173.011,31
AT0000386198	101,55	60.930,00	110,08055	66.048,33
ES00000121P3	100,23	16.036,80	101,1665	16.189,84
		1.981.956,44		1.976.813,03
XSGS37565932	98,492	295.476,00	99,85861	299.875,83
XSO754809548	99,895	299.685,00	101,7501733	303.250,52
		595.161,00		605.126,35

ANEXO

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2012
 Empresa do Seguros: PENSOESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
 Nº de identificação: 1024
 Ident. do resp. pela informação: António Gaspar

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS										Anexo	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO									Valor de balanço	
	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	unitário	Total				
FR0010957670	2.2.2.3		300000	99,033		297.099,00	112,5349867	337.604,96			
XS0283708575	2.2.2.3		200000	99,73		199.460,00	96,4931	192.986,20			
XS0456903620	2.2.2.3		350000	99,755		349.142,50	100,2311743	350.809,11			
XS0093266939	2.2.2.3		1000000	51,12918		511.291,88	58,403359	584.032,59			
FR0010849117	2.2.2.3		400000	100,91		403.640,00	102,2013875	408.805,55			
DE000A1G4209	2.2.2.3		200000	99,9		199.800,00	100,099125	200.198,25			
XS0247812836	2.2.2.3		200000	102,41		204.820,00	104,207095	208.414,19			
XS0756438452	2.2.2.3		150000	99,802		149.703,00	100,7910467	151.186,57			
DE0007483141	2.2.2.3		450000	101,765		457.942,50	104,4500822	470.025,37			
EU000A1G0AF5	2.2.2.3		200000	100,15		200.300,00	100,36719	200.734,38			
XS0306644830	2.2.2.3		300000	98,38947		293.880,00	98,40073421	276.865,60			
XS0254355057	2.2.2.3		300000	99,6		298.800,00	92,28853333	373.922,79			
XS0272672113	2.2.2.3		125000	99,87		124.837,50	100,008176	125.010,22			
XS0587806457	2.2.2.3		300000	99,373		298.119,00	110,3546133	331.063,84			
XS0729669460	2.2.2.3		300000	99,901		299.703,00	100,76664	302.299,92			
XS0782890507	2.2.2.3		320000	100		320.000,00	100,146625	320.469,20			
XS0616562277	2.2.2.3		200000	100		200.000,00	100,408005	200.816,01			
XS0479630013	2.2.2.3		200000	100,94		201.880,00	102,456555	204.913,11			
	2.2.2		5575000			5.090.418,38		5.240.157,86			
	2.2		8087700			7.667.535,82		7.822.037,24			
	2.3		8087700			7.667.535,82		7.822.037,24			
	2.3										
	2.4										
	2	53851	14787700					14.994.555,62			
	3										
	3	53851	14887700		100.000,00			15.102.308,00			
	3										

